

SENADO APROVA REFORMA ELEITORAL

Proposta acolhida pela Comissão de Justiça segue para a Câmara se não houver recurso para exame em Plenário





Reduzir custos das campanhas, assegurar maior transparência aos financiamentos e aumentar penas para os envolvidos em crimes eleitorais são os objetivos do projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposta original, do senador Jorge Bornhausen (foto à esquerda), recebeu 99 emendas.



CALENDÁRIO Antonio Carlos e José Jorge apressam votação para que as novas regras vigorem nas eleições de 2006

Página 5

PROPAGANDA	BRINDES	DOAÇÕES	ARTISTAS	PESQUISAS
A veiculação, nas emissoras de rádio e TV, teve o prazo reduzido para 35 dias anteriores à data das eleições. 	Na campanha eleitoral, é vedada a distribuição de camisas, bonés, canetas, chaveiros, brindes e qualquer outro objeto que possa proporcionar vantagens ou utilidades ao eleitor. 	Continuam limitadas a 10% do rendimento bruto anual da pessoa física e a 2% do faturamento bruto da pessoa jurídica. Quem desprezar esse teto paga multa de 50 a cem vezes a quantia doada em excesso. 	A fim de reduzir os custos de campanha, proíbe-se a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar reuniões e comícios eleitorais. 	A divulgação, por qualquer meio, de sondagens de opinião pública é proibida 15 dias antes das eleições. 

CPI dos Bingos convoca irmão de Celso Daniel

Página 5



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, e comitiva formada por parlamentares e membros de seu governo. Os visitantes negociam acordos de cooperação técnica. **Página 7**

CPI quer ouvir de novo homem da propina

Maurício Marinho, o ex-chefe de departamento dos Correios filmado embolsando R\$ 3 mil, deve depor novamente na CPI que investiga denúncias na estatal. Ontem, um ex-presidente do conselho consultivo da Previ confirmou influência de Luiz Gushiken sobre os fundos de pensão.

Página 4



CONVOCAÇÕES Eduardo Paes, Gustavo Fruet e Delcídio participam de reunião administrativa da CPI

Delúbio irrita parlamentares ao insistir na história dos empréstimos

Página 4



MOTOR Roberto Saturnino afirma que universidades são pólo para alavancar a economia local

Saturnino pede verbas para UFRJ e jogos do Pan

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) fez apelo ontem para que o governo libere recursos de emenda ao orçamento da bancada do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 8 milhões, para as universidades federais do estado, especialmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Saturnino pediu também que não haja contingenciamento das dotações para os Jogos Pan-Americanos, conforme foi publicado pelo *Jornal do Brasil*.

Segundo o senador, as universidades são o único pólo capaz de alavancar a economia da cidade e do estado para enfrentar problemas agudos como a falta de segurança e de serviços essenciais para a população.

– O município tem crescido com o petróleo, mas esse aumento não é suficiente diante dos problemas acumulados durante tanto tempo – reclamou.

Saturnino disse que a dotação da UFRJ para 2006, de R\$ 70 milhões, é idêntica à de 2005. Ele comparou o orçamento da UFRJ com o da Universidade de São Paulo (USP), de R\$ 300 milhões, e da Universidade de Campinas (Unicamp), de R\$ 150 milhões.

Azeredo critica aumento de verba para ensino superior

■ Senador condena a ênfase no nível universitário, em detrimento do ensino médio e fundamental

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou a conclusão do anteprojeto da reforma universitária, mas criticou a intenção do governo de concentrar os investimentos em educação no ensino superior. Para o parlamentar, o poder público não pode dar preferência a um nível de ensino em detrimento de outro. A prioridade deve ser dada, avaliou, à educação em con-



INVERSÃO Para Azeredo, aplicar no ensino superior 75% do recurso da educação "beira o delírio"

junto e em todo o processo.

– O desafio é alocar os recursos públicos limitados nas duas pontas, de forma que tenham a melhor relação custo/benefício e desenvolvam todo o sistema

educacional – disse.

Por entender que os ensinos fundamental e secundário têm tanta prioridade quanto o ensino universitário, Azeredo condenou a proposta de aplicar no ensino superior o mínimo de 75% da receita constitucional vinculada à educação pública. Para o senador, essa dotação orçamentária "beira o delírio" e promove inversão de prioridade no sistema educacional.

Por outro lado, Azeredo vê avanço na proposta de adoção de mecanismos para aperfeiçoar a avaliação e o credenciamento de escolas e cursos universitários. Ele crê que isso resultará na melhoria do ensino, principalmente em instituições privadas.



PROBLEMA Aelton Freitas diz que medida causará problemas sociais e degradará o patrimônio natural

Aelton protesta contra possível desapropriação

Aelton Freitas (PL-MG) protestou contra a intenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de desapropriar terras de produtores rurais para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque da Serra da Canastra, no sudoeste de Minas Gerais.

Segundo o senador, a medida prejudicará produtores rurais, causando problemas de ordem social, além de contribuir para a deterioração do patrimônio natural. A ampliação da área do parque, que é hoje de 71 mil hectares, se justificaria em novo plano de manejo.

Agenda

Sessão do Plenário se destina a debates

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não deliberativa. Dessa forma, não há votação de projetos. A sessão se destina a debates entre senadores, a comu-

nicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias, além da apresentação e leitura de novos projetos e requerimentos.



Discussão sobre tabaco no Paraná

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública em Irati, no Paraná, para discutir a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional de

combate ao fumo que deve ser ratificado no Senado. O município é um dos produtores de tabaco que se dizem prejudicados caso o Brasil adote a substituição de culturas que o texto determina.

Programa Interlegis

Às 20h de hoje, a Rádio Senado apresenta reportagem especial sobre o Programa Interlegis, que busca modernizar e dar transparência às ações do Poder Legislativo nas instâncias federal, estadual e municipal.

Inclusão na TV Senado

Amanhã, às 11h30, a TV Senado apresenta reportagem sobre o programa de acessibilidade implantado pelo Senado e outras iniciativas para dar cidadania aos portadores de necessidades especiais. Reapresentação às 9h de domingo.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PAPEL Segundo Ribamar Fiquene, a prerrogativa do colégio eleitoral é meramente regulamentar

Ribamar Fiquene quer rever lei sobre vereadores

Ribamar Fiquene (PMDB-MA) conclamou os senadores a revisar a Resolução 21.702/04, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estabelece instruções sobre o número de vereadores de acordo com a população do município. Segundo o senador, a norma promoveu uma abrupta redução nas cadeiras de vereadores em muitos municípios.

– A decisão é uma exorbitância do TSE. Não cabe ao colégio eleitoral alterar normas preexistentes ou inovar, editando uma norma legal. Sua prerrogativa é meramente regulamentar – sustentou o senador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

César Borges cobra mais investimentos

Roosevelt Pinheiro



JUROS Política econômica do governo federal só beneficia o setor financeiro, diz César Borges

Ao criticar a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de manter a taxa básica de juros em 19,75% ao ano pelo terceiro mês consecutivo, César Borges (PFL-BA) apontou a falta de investimento público como consequência da política econômica do governo. Para o senador, a medida só traz benefícios para o setor financeiro enquanto se acumulam problemas em todas as áreas, como saúde, educação e transportes, que ficam sem recursos.

O senador disse que hoje, além da crise moral e política que vive o país, existe também

a maior crise de investimento da história do Brasil. César Borges informou que até julho o governo havia executado apenas R\$ 886 milhões, dos R\$ 22 bilhões aprovados para 2005.

– Esses valores definitivamente não atendem as necessidades do país nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e habitação – afirmou.

Renan lamenta manutenção da taxa de juros

Jone Araújo



DESEJO Para Renan, há expectativa de que o Copom comece processo de redução da taxa de juros

“O sentimento geral é de que já poderia ter começado a diminuição da taxa de juros.” A afirmação é do presidente do Senado, Renan Calheiros, ao ser indagado ontem sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que manteve, pelo terceiro mês consecutivo, a taxa básica de juros (Selic) em 19,75%.

– Fica difícil fazer considerações sobre decisão do Copom. Mas a economia perde muito com isso e é uma pena que essa decisão tenha se mantido – observou.

A manutenção da taxa em 19,75% confirmou as expectativas do mercado financeiro, apesar de a inflação ter caído significativamente nos últimos meses. Especialistas entendem que o BC preferiu ser cauteloso ante a crise política e a disparada dos preços do petróleo.

Motta: política econômica afeta o agronegócio

Roosevelt Pinheiro



ERRO Segundo Motta, governo deveria pedir desculpas pelo prejuízo causado ao setor agropecuário

As declarações do presidente interino do PT, Tarso Genro – que, segundo a *Folha de São Paulo*, teria feito duras críticas às elevadas taxas de juros e aos “exagerados” superávits primários –, receberam o apoio do senador João Batista Motta (PMDB-ES). Ele condenou a política econômica e os prejuízos que tem causado ao setor agropecuário. Segundo observou, “esse é o verdadeiro motivo pelo qual o governo deveria pedir desculpas ao povo”.

Motta também criticou a política de exportações do país. Ele defende que se privilegiem

as vendas de produtos com maior valor agregado, ao invés de produtos *in natura*. Um dos exemplos que ele citou foi o do minério de ferro.

– No ano passado, o Brasil exportou 218 milhões de toneladas dessa matéria-prima, para obter uma receita de apenas US\$ 4,5 bilhões – afirmou.

Agora é lei: promulgado salário mínimo de R\$ 300

Depois de toda a polêmica em torno de sua votação, finalmente o salário mínimo de R\$ 300 transformou-se na Lei 11.164, de 18 de agosto de 2005. O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que as Mesas do Senado e da Câmara promulgaram a MP 248/05.

A votação do salário mínimo no Congresso foi tumultuada. Primeiro, na Câmara dos Deputados, os partidos de oposição obstruíram o exame da matéria, como estratégia para desgastar o governo federal. Depois, durante a votação, che-

gou a ser aceita uma emenda que elevava seu valor para R\$ 370, o que foi corrigido pelos deputados imediatamente, tendo sido aprovado o valor de R\$ 300.

No Senado, a medida provisória foi a voto num momento de indignação contra o deputado petista Paulo Pimenta (RS), então vice-presidente da CPI do Mensalão. O deputado havia conseguido uma lista apócrifa de candidatos ligados ao PSDB de Minas Gerais que teriam recebido dinheiro do publicitário Marcos Valério. Com isso, o PSDB e o PFL, com o apoio

de alguns senadores de outros partidos, derrubaram os R\$ 300 e aprovaram o salário mínimo de R\$ 384,28.

Houve muita crítica do governo, sob o argumento de que a União, os estados e os municípios não suportariam o novo valor. O rombo nas contas da Previdência Social poderia chegar a R\$ 12 bilhões se mantidos os R\$ 384,28, conforme o Ministério do Planejamento. Por causa da mudança, a MP teve de voltar ao exame dos deputados, onde foi restabelecido o valor de R\$ 300, agora com os votos do PSDB.

Para ACM, Câmara praticou crime contra o trabalhador

Ao lamentar a rejeição pela Câmara, na quarta-feira, do projeto que elevava o salário mínimo para R\$ 384,28, aprovado pelo Senado na semana passada, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), que presidiu a sessão, por ter usado “subterfúgios regimentais” para impedir que os deputados deliberassem sobre a matéria por meio de votação nominal. A votação foi feita de maneira

simbólica, em que os deputados presentes levantavam ou não os braços para votar.

– A Câmara praticou ontem um crime contra a nação, contra os trabalhadores do Brasil. O que é mais triste é que isso foi feito com as mãos ágeis do deputado Inocêncio Oliveira. Além de não permitir a votação pelo painel, ele ameaçou levar para o Conselho de Ética os deputados que reclamaram – disse o parlamentar baiano.

Antonio Carlos cumprimen-



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Antonio Carlos afirma que Inocêncio usou de “subterfúgios” para impedir votação nominal

tou os deputados que votaram a favor do aumento do mínimo e afirmou acreditar que, para os que apoiaram a rejeição, “a execração pública virá mais cedo ou mais tarde”.

Capiberibe lastima ausência de Arraes

O senador João Capiberibe (PSB-AP) lamentou a ausência de Miguel Arraes no 10º Congresso do PSB, que ocorrerá no próximo fim de semana em Brasília, comunicando que a abertura do evento será uma missa em memória do político nordestino, falecido no último sábado. Arraes era presidente do Partido Socialista Brasileiro.

– Nós, do PSB, perdemos o nosso grande líder. O evento será marcado por um grande vazio – afirmou.

O senador lembrou a vida pública de Arraes como deputado estadual, deputado federal, prefeito do Recife e governador de Pernambuco por três vezes, ressaltando sempre suas grandes votações nos pleitos que o elegeram.

– Eu tive a felicidade de trabalhar com ele em Pernambuco, quando aprendi a política de construção positiva com seu pensamento amplo, nacionalista, em nome dos que não tinham voz. Fui com ele para o PSB – salientou o parlamentar pelo Amapá.

Moveleiros pedem apoio ao governo

Audiência realizada ontem entre representantes dos moveleiros de Santa Catarina e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, foi registrada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Conforme adiantou, o setor vive uma crise comercial grave, causada, principalmente, pela desvalorização do dólar frente ao real.

A entidade representativa dos moveleiros catarinenses argumenta, segundo Pavan, que a política macroeconômica imposta pelo governo tornou-se um fardo financeiro e comercial para o setor. De maio de 2002 a maio de 2005, sua cesta de custos sofreu um “reajuste espantoso”, incluindo aumentos de 66% no preço da madeira e de, respectivamente, 83% e 73% nos fretes para a Europa e os Estados Unidos.

Para evitar medidas drásticas, como demissões em massa, o segmento reivindica mudanças na política cambial e a concessão de incentivos fiscais.

Maranhão registra ato de dignidade

O senador José Maranhão (PMDB-PB) comemorou a devolução de cartões do programa Bolsa-Família ocorrida na cidade de Pombal, no estado da Paraíba. O fato foi relatado pela revista *IstoÉ*, em reportagem intitulada “É possível ser honesto: na Paraíba famílias devolvem o cartão Bolsa-Família”, citada pelo parlamentar. Maranhão lembrou que, apesar de se ter a impressão de que não existe mais dignidade no país quando se contempla o cenário nacional pela ótica dos jornais, a grande maioria do povo demonstra o contrário.

– Existe dignidade sim. Especialmente entre o povo simples, que sabe renunciar ao que leva muitos homens públicos, às vezes até privilegiados do ponto de vista financeiro, a cometerem delitos graves contra a nação – contestou.

A entrega dos cartões, segundo Maranhão, se deu “porque naquele momento deixava de existir a condição para o recebimento, ou seja, todos estarem desempregados”.

Renan tira dúvidas sobre referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que terá um encontro com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Mário Velloso, na próxima terça-feira, para tirar dúvidas a respeito das normas editadas para as campanhas que informarão a população sobre o referendo no qual os cidadãos vão posicionar-se a favor ou contra a venda de armas de fogo e munições no Brasil.

– Hoje, tivemos uma reunião da Frente pelo Desarmamento e combinamos alguns aspectos de ordem objetiva, operacional, com relação ao calendário para os próximos dias. Já marcamos eventos para Recife, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Curitiba e Fortaleza. E, terça-feira, vamos tirar algumas dúvidas com o TSE – ressaltou.



POTENCIAL Conforme Alberto Silva, Brasil pode se transformar no maior produtor de biocombustível

Alberto Silva quer energia renovável

Ao alertar sobre registro do Protocolo de Kyoto, segundo o qual o aquecimento global é causado sobretudo pela queima de combustíveis fósseis como o petróleo, Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula a criação de um programa para a produção de energia renovável em grande escala.

– O Brasil pode se transformar no mais importante produtor de energia no mundo. Temos água, terra e gente desempregada.

Segundo o senador, a Amazônia tem o potencial de produzir 6 milhões de barris de combustível por dia, por meio do dendê, enquanto o Nordeste pode plantar mamona e feijão. Em aparte, José Maranhão (PMDB-PB) lembrou que o Nordeste tem sol e brisa constante para gerar energia eólica.



Ex-diretor do Banco do Brasil confirma que Gushiken promovia freqüentes reuniões com dirigentes dos fundos de pensão; Tourinho solicita informações a Henrique Meirelles

Delúbio repete história e irrita parlamentares

Em depoimento à CPI Mista do Mensalão, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares não deu novas informações sobre a origem do dinheiro usado pelo partido para pagar dívidas de campanha de candidatos próprios e de partidos aliados, insistindo na tese de que o empresário Marcos Valério fez empréstimos nos bancos Rural e BMG para “ajudar o partido a pagar suas dívidas”.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse haver muito dinheiro público nessas operações, inclusive com recursos no exterior. Conforme Tourinho, o Banco do Brasil já fez provisão para o calote do PT, em relação a empréstimo de R\$ 3,5 milhões e a 30% no contrato de *leasing* de R\$ 24 milhões em computadores. Segundo o senador, mesmo sem



COMPROMISSO Ex-tesoureiro do PT promete enviar documentação à CPI nos próximos dias

contar os gastos em propaganda para o lançamento do Banco Popular do Brasil (feito por Marcos Valério), até maiores do que a soma de empréstimos em carteira, o BB já tem elementos para executar o PT na Justiça.

Depois de muita insistência do presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), Delú-

bio prometeu enviar à comissão, em oito dias, uma relação do dinheiro que entrava nas contas das empresas de Marcos Valério e saía em repasses para partidos e parlamentares.

O relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), perdeu a paciência com Delúbio diante de sua insistência em afirmar que Marcos Valério não recebeu nenhuma vantagem do governo.

Lando convocou reunião da CPI para as 19h de segunda-feira, quando serão votados requerimentos. Ele comunicou que requisitará as notas taquigráficas da reunião da CPI dos Correios em que o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) teria classificado a CPI do Mensalão de “CPI do Abafão”.

Pizzolato: Gushiken influenciava fundos

O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e ex-presidente do Conselho Consultivo da Previ (fundo de previdência do Banco do Brasil) Henrique Pizzolato afirmou ontem, em depoimento à CPI dos Correios, que o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência, Luiz Gushiken, realizava freqüentemente reuniões com os dirigentes dos fundos de pensão. Pizzolato disse, no entanto, que não participava dessas reuniões.

Questionado pelo senador César Borges (PFL-BA), ele confirmou as declarações que deu

à *Folha de S. Paulo* no dia 24 de julho. Na entrevista, Pizzolato sustentou que Gushiken influenciava diretamente nos fundos.

Ele ainda reafirmou que o presidente da Previ, Sérgio Rosa, teria lhe confidenciado que haveria “coisa de campanha” e “interesse político” nas negociações do fundo sobre a reestruturação do setor de telecomunicações, área na qual Gushiken também atuava.

A Previ abriga mais de 150 mil associados e administra um patrimônio superior a R\$ 70 bilhões.

Pizzolato alegou que recebeu pacote com R\$ 326 mil das mãos de um contínuo, vindo de uma das empresas de Marcos Valério, sem saber do que se tratava, e que, logo em seguida, repassou a encomenda a “alguém do PT” que não teria como identificar.

A CPI aprovou a convocação, para depoimento, dos doleiros mineiros Jader Kalid e Haroldo Bicalho e do ex-diretor comercial dos Correios Carlos Eduardo Fioravante da Costa, além de nova audiência com o ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho.

Tourinho pede explicações ao Banco Central



DÚVIDA Tourinho solicita informações sobre empréstimos tomados por Marcos Valério

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou ter apresentado requerimento à CPI do Mensalão em que solicita esclarecimentos ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre os vultosos empréstimos tomados no mercado financeiro pelo publicitário Marcos Valério.

– Em razão do posicionamento omissivo do Banco Central e da inobservância das

mais elementares normas que regem a concessão de empréstimos, apresentei requerimento de informações sobre as operações.

Entre oito pontos a serem esclarecidos, Tourinho questiona se os empréstimos tomados por Valério tiveram lastro em *funding* fornecido por terceiros que não desejavam aparecer como financiadores de campanha.



CONTRIBUIÇÃO Ideli encaminhará à Receita proposta de professor da USP para combater crime

Ideli recebe sugestão contra lavagem

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que encaminhará ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, sugestão do professor Valmor Slomski, da Faculdade de Economia da USP, para combater crimes de lavagem de dinheiro. O projeto, chamado Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real, altera a forma de transferência de bens e proporcionará, afirmou a senadora, maior eficácia no combate à sonegação de tributos e à lavagem de dinheiro.



INTERESSE “Para manter atenção popular, é preciso criar um fato novo ou mais por semana”, diz Sibá

Sibá: profusão de fatos prejudica CPIs

Sibá Machado (PT-AC) advertiu que a expectativa em relação aos trabalhos das duas CPIs que examinam denúncias de corrupção no governo acaba por forçar o surgimento de “uma profusão de fatos novos” que prejudicam os trabalhos dos dois colegiados uma vez que confundem seus integrantes.

– Para manter a atenção popular, é preciso criar um fato novo ou mais por semana para a imprensa – enfatizou.



Proibição dos showmícios e da distribuição de camisetas, fim da publicação de pesquisas às vésperas do pleito, gravação de propaganda para rádio e TV somente em estúdio, e divulgação na Internet dos gastos de campanha são principais alterações



DETERMINAÇÃO Garibaldi afirma que Legislativo "está varrendo abusos da política nacional"

Garibaldi Alves destaca atuação do Congresso

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ontem que os importantes depoimentos colhidos pelas CPIs e a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da reforma eleitoral são um sinal de que o Congresso está "atendendo aos dois lados da crise".

Segundo o senador, a população brasileira pode ficar tranquila, pois o Legislativo "está trabalhando para varrer esses abusos da política nacional".

Iris de Araújo alerta para risco de convulsão

Em discurso que marcou sua volta ao Senado, Iris de Araújo (PMDB-GO), suplente do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), fez alerta, ontem, ao presidente da República para o perigo de uma convulsão social. A senadora relatou que visitou 120 municípios goianos e constatou que os brasileiros estão estarelecidos diante das vultosas quantias de dinheiro envolvidas em corrupção.



ESPANTO Iris de Araújo afirma que os brasileiros estão estarelecidos diante da corrupção política

Reforma abre ofensiva contra abusos eleitorais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto de lei de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que fixa novas normas para as eleições. A proposta reduz os custos da campanha, confere maior transparência aos financiamentos e aumenta as penas para crimes eleitorais.

Como a decisão é definitiva, o projeto seguirá diretamente para a Câmara caso não seja requerida sua votação pelo Plenário do Senado. As novas regras só poderão vigorar nas próximas eleições – 1º de outubro de 2006 – se a nova lei for publicada no *Diário Oficial* até 30 de setembro deste ano.

Pelo substitutivo, a escolha dos candidatos nas convenções será entre 20 e 31 de julho. As campanhas terão início no dia



MUDANÇAS Substitutivo de José Jorge (à direita, ao lado de Antonio Carlos), é aprovado pela CCJ

1º de agosto, e não 5 de junho, como prevê a atual legislação.

A proposta não altera os limites de contribuição previstos na norma vigente: pessoas físicas poderão doar até 10% do seu rendimento bruto anual e jurídicas, até 2% do faturamento bruto do ano anterior.

O substitutivo proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes das eleições. Veda ainda a distribuição de cami-

sas, bonés, canetas, chaveiros, brindes e afins.

Com o objetivo de reduzir os custos de campanha, também ficou proibida a apresentação de artistas em reuniões e comícios eleitorais.

A propaganda eleitoral gratuita nas emissoras de rádio e

televisão teve o prazo reduzido de 45 para 35 dias anteriores às eleições. As gravações serão feitas somente em estúdio, delas podendo participar apenas os candidatos e filiados do partido. Até dez dias após o resultado das eleições, o partido terá que registrar pela rede mundial de computadores todos os gastos de campanha, com identificação dos valores e fontes de recursos.



COMPROMISSO Pedro Simon: "Não é possível que sejamos incapazes de fazer a reforma política"

Simon espera rápida votação pela Câmara

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a necessidade de as mudanças eleitorais aprovadas no Senado serem votadas pela Câmara até o dia 30 de setembro, para vigorar já nas próximas eleições.

– A Câmara aprovou com certeza a proposta. O Congresso reagiu com altivez. O esforço que se fez foi muito importante. Não é possível que sejamos incapazes de fazer a reforma política que o Brasil espera.

CPI convoca juíza e irmão de Celso Daniel

A CPI dos Bingos ouviu ontem dois ex-vice-presidentes de logística da Caixa Econômica Federal – Mário Haag e Paulo Bretas – e o ex-superintendente de projetos especiais da estatal Carlos Cartell. Para o presidente da CPI, Efraim Moraes (PFL-PB), os três trouxeram dados importantes. Sobre a renovação com a Gtech e a capacidade da Caixa de assumir o processamento de loterias (originalmente a cargo da Gtech), o senador observou que "Haag pensava de uma forma e Bretas pensava de outra". Segundo o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), "não houve convergência de opiniões, pairam suspeitas de irregularidades no contrato".

Mas os destaques da reunião foram as convocações, para prestar depoimento, da juíza Maísa Giúdice, da 17ª Vara Civil, em Brasília, de João Francisco Daniel, irmão de Celso Daniel (prefeito de Santo André-SP assassinado em 2002) e de João Arcanjo Ribeiro, o "Comendador", acusado de envolvimento



OTITIVA Mário Haag (E), ex-vice-presidente de logística da Caixa Econômica Federal, depõe na CPI dos Bingos, presidida pelo senador Efraim Moraes (D)

com o crime organizado.

Na quarta-feira, a CPI ouviu Valderi Albuquerque, ex-presidente da Caixa. Valderi disse que a Gtech conseguiu diversas liminares que a beneficiaram na negociação para a renovação do contrato com a Caixa. De acordo com Valderi, todas as liminares foram concedidas na mesma instância, a 17ª Vara Federal, em Brasília, e com a mesma juíza, Maísa Giúdice.

Já o "Comendador", que está preso no Uruguai e já teve sua extradição solicitada pelo Ministério da Justiça, é o suposto chefe de organização crimino-

sa com ramificação em vários estados brasileiros.

O oftalmologista João Francisco Daniel teria sugerido que seu irmão Celso Daniel foi morto porque queria denunciar esquema de corrupção na prefeitura de Santo André. O esquema envolveria integrantes do governo municipal e empresários do ramo de transportes. Mas o senador Romeu Tuma (PFL-SP), autor do requerimento que convocou João Francisco, suspeita que pessoas ligadas a casas de bingos também podem estar implicadas.

Bezerra elogia aprovação de reforma eleitoral

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) elogiou o Senado pela aprovação, ontem, de projeto de reforma eleitoral (PLS 275/05). A proposição foi acolhida em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pode seguir diretamente para a Câmara.

– É um passo significativo para que, no futuro, não venhamos a lamentar episódios tristes de corrupção – afirmou.



PROGRESSO Fernando Bezerra saudou o projeto, aprovado na CCJ, que vai ao exame da Câmara



Agripino abre ação para averiguar prestação de contas de Lula; Teotonio e Mozarildo manifestam esperança nos resultados das investigações; Virgílio critica Lula; Cristovam diz que presidente deve desculpas ao povo por promessas não cumpridas

Virgílio cobra do presidente "explicação verdadeira"

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o presidente Lula "não mudou nada depois das desculpas pela televisão e continua com seus discursos inconseqüentes pelo país, como se a corrupção que vem sendo investigada não tivesse nada a ver com o seu

governo".

– Presidente Lula, está passando da hora da explicação verdadeira – desafiou. Ao comentar a mobilização da segurança em torno de uma sacola encontrada na barbearia do Senado (que depois foi detonada pelo esquadrão antibom-

bas), Virgílio sustentou que o "Congresso está cumprindo sua função de fiscalizar e investigar" e não vai se intimidar.

– Estamos em pleno processo de investigação, com três CPIs trabalhando em um festival de denúncias graves. Se isso for alguma reação, para o

Congresso parar de investigar, teremos um Brasil indo por descaminhos – observou.

Virgílio criticou a direção da UNE, por sua manifestação, em Brasília. "Como criticar a corrupção e apoiar o governo que tem integrantes acusados de corrupção?"



QUESTÃO Para Arthur Virgílio, não faz sentido a UNE "criticar a corrupção e apoiar o governo"

Roosevelt Pinheiro

Cristovam: o povo está frustrado com os políticos

Foto da primeira página do jornal *Correio Braziliense* com imagem de estudantes exibindo uma faixa onde se lê: "Fora Todos" foi exibida ontem em Plenário por Cristovam Buarque (PT-DF). O senador entendeu que a frase não se prende somente ao PT, partido que é objeto de denúncias de corrupção, mas a toda a classe política brasileira.

Para Cristovam, esse tipo de manifestação é crescente no continente sul-americano e demonstra a frustração das populações desses países com seus representantes.

– Em maio, eu adverti, no Plenário, sobre movimentos contrários à classe política, na Venezuela, na Argentina e na Bolívia – lembrou o senador,



AVALIAÇÃO Segundo Cristovam, Lula deve desculpas "pelo que deixou de fazer" pela população

ao observar que a manifestação feita por estudantes na quarta-feira, em frente ao Congresso, "ainda é tímida, mas com enorme potencial de deflagração".

Ao sustentar que, na história do Brasil, nenhum partido conseguiu grandes transformações

– essas, segundo ele, viriam por iniciativas pessoais ou em decorrência de movimentos –, o parlamentar cobrou do presidente Lula desculpas à população, não pelo que fez o PT, "mas pelo que deixou de fazer pelo povo depois de tantas promessas de campanha eleitoral".

– Onde estão as reformas agrária, de educação de base e as ações de combate à concentração de renda? – indagou, alertando que "a paciência do povo não aceita desculpas fora de hora".

Cristovam elogiou a iniciativa dos senadores de promoverem uma reforma eleitoral parcial, modificando aspectos da lei de forma a tornar o pleito de 2006 mais transparente.

Mozarildo espera que crise conduza a mais justiça

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse esperar que a crise resulte em um golpe forte na corrupção, representando o início de um período de mais reflexão, justiça e verdade. Para o senador, a imagem do país da impunidade, aos poucos, vem deixando de corresponder à realidade.

– A punição dos culpados e a absolvição dos inocentes, no presente contexto, pelo relevo das partes envolvidas, será uma demonstração clara e inequívoca da maturidade do nosso sistema jurídico – afirmou Mozarildo, que pediu a inscrição nos Anais do Senado do artigo "Autocorrupção", publicado em julho, no *Saúde em Primeira Página*.

O senador citou os filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles, que já analisavam o tema corrupção. Mozarildo destacou que, para eles, uma vida pública em que a justiça e a verdade não prevaleçam é inviável.

A seu ver, são esses dois valores que deveriam ser ressaltados neste momento e exercitados ao longo da crise. A busca da verdade deve nortear as ações daqueles que investigam as denúncias, frisou.



EXPECTATIVA Mozarildo diz que punição dos culpados demonstrará maturidade do sistema jurídico

Gerardo Magela



PRESSA Teotonio deseja que eleições de 2006 não sejam balizadas por legislação ultrapassada

Teotonio quer investigação e reforma política

Após afirmar que o Congresso não pode fugir da missão de investigar as denúncias de corrupção no financiamento de campanhas do PT e na composição da base governista, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) creditou outro dever ao Parlamento: propor e aprovar uma legislação eleitoral que previna a ocupação predatória do Estado por partidos e políticos.

Se novas regras eleitorais não forem aprovadas a tempo de valer para o pleito de 2006, disse o senador, o processo continuará ser balizado por uma legislação "ultrapassada e inadequada". Essa perspectiva aumenta a responsabilidade do Legislativo, acrescentou, uma vez que entre suas principais atribuições estão montar um arcabouço legal e institucional do país, prevenir crises e apontar saídas institucionais.

A menos de dois meses do prazo final para examinar mudanças eleitorais válidas para o próximo pleito, o senador por Alagoas lamenta, entretanto, a falta de consenso em torno de assuntos importantes, como o financiamento público de campanhas.

Agripino abre ação para investigar Lula

O líder do PFL, José Agripino (RN), anunciou ontem que ajuizou ação de investigação judicial-eleitoral, junto à Procuradoria Geral da República, para averiguar a prestação de contas da campanha eleitoral de 2002 do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Agripino, a prestação de contas eleitorais de Lula foi contraditada pelas declarações do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios, e, por isso, são necessários maiores esclarecimentos.

– Na ação judicial-eleitoral, vai se ver quem tem razão. Se é Duda Mendonça, que diz que foi contratado por R\$ 25 milhões e recebeu R\$ 14 milhões no Brasil (parte legal e parte



RESPONSABILIDADE Agripino: Lula não pode desconhecer acusações de corrupção imputadas ao governo

ilegal) e os restantes R\$ 11 milhões, inteiramente ilegais, no exterior. Resta saber se essas contas estão registradas na prestação de contas de Lula. Com a palavra o presidente – assinalou Agripino.

Ao se referir ao gosto de Lula por imagens futebolísticas,

Agripino disse que o presidente, como técnico do time – cujos jogadores eram os seus ministros, capitaneados pelo ex-ministro José Dirceu e com assessoramento técnico de Duda Mendonça, "o seu Zagalo" – não poderia alegar desconhecimento de todas as acusações de corrupção imputadas ao PT e ao governo federal.

– Nunca ouvi falar que técnico de futebol não soubesse o que estava fazendo com os seus jogadores. O time era orquestrado por ele – como o presidente afirmava –, que era técnico. Não se pode admitir que o técnico não soubesse o que o time estava fazendo, até porque as ordens eram dele. Em qualquer time as ordens são do técnico – concluiu.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Comissão aprova a proposta que cria a Anac

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) favorável ao projeto de lei do governo que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Pela proposta, a Anac será uma autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência para regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

No parecer, Jereissati lembra que a agência assumirá as funções exercidas pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), do Comando da Aeronáutica. "A despeito do excelente trabalho do DAC, não se justifica que a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária permaneçam sob gestão das Forças Armadas", diz o relator. A matéria vai ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



PREJUÍZO Gilberto Goellner afirma que a desvalorização do dólar impôs grandes perdas ao setor

Gilberto Goellner adverte para crise da agropecuária

O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) afirmou ontem que a agropecuária brasileira enfrenta a pior crise dos últimos tempos. Segundo ele, essa situação resulta, basicamente, de três fatores: a desvalorização do dólar frente ao real, a queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional e a elevação dos custos de produção. Além disso, o parlamentar ressaltou que os produtores tiveram de enfrentar a seca em algumas regiões e as chuvas em outras.

– Estudos indicam que o faturamento dos 25 principais produtos agrícolas caiu, de janeiro a junho deste ano, R\$ 27,6 bilhões, o que significa uma queda de 15% – salientou.



DECISÃO Proposta aprovada pela CAS, presidida por Valadares, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Projeto inclui a língua de surdos na educação básica

■ Medida obriga o uso de linguagem de sinais nas redes públicas e privadas de ensino no país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A medida deverá vigorar nas redes pública e privada de ensino, conforme emenda apresentada pelo relator da matéria, senador Cristovam Buarque (PT-DF). A proposi-

ção (PLS 180/04) será agora analisada pela Comissão de Educação (CE).

Para o relator, a elaboração e a divulgação da Libras favoreceram a construção do conhecimento, da comunicação, da personalidade e da cultura das pessoas surdas. Segundo ele, o direito dos surdos de participar da cidadania efetiva-se com o reconhecimento do dever da sociedade de propiciar intérpretes em Libras nos eventos presenciais e nos meios de comunicação visual.

– Essa conquista tem que ser incorporada ao currículo escolar desde a mais tenra idade, não somente para assegurar o progresso dos surdos na aquisição de conhecimentos e habilidades, como também para criar uma cultura de multilinguismo, que conduzirá à

superação dos preconceitos e à garantia dos direitos dessa e de outras minorias – justificou Cristovam.

Moradia

Também foi aprovado pela CAS parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável a duas emendas da Câmara a projeto de lei (PLS 586/99) que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra da casa própria por qualquer sistema de financiamento habitacional. A matéria vai ao Plenário.

A comissão aprovou ainda a realização de um seminário de acessibilidade, em outubro próximo, conforme requerimento de Eduardo Azeredo, na condição de presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

Renan recebe presidente de São Tomé e Príncipe

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente da República de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, e comitiva formada por parlamentares e membros do seu governo. Participaram da recepção José Agripino (PFL-RN) e Cristovam Buarque (PT-DF), que também preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A visita tem o objetivo de negociar tratados de cooperação técnica em vários setores.

No encontro, Renan explicou a crise política e seus desdobramentos, como a reforma política que está sendo debatida e que visa diminuir os custos das campanhas eleitorais e dar mais transparência aos financiamentos. Ele disse que o Brasil tem uma grande quantidade de partidos políticos e isso



ACORDOS Recepcionado por Renan no Salão Nobre, Fradique de Menezes veio ao país para negociar tratados de cooperação com o governo

acaba dificultando a criação de uma base parlamentar para qualquer governo.

O senador detalhou as funções do Senado e da Câmara, e recebeu de Fradique informações sobre o funcionamento dos Poderes em seu país.

Fradique de Menezes quis saber se a transmissão, ao vivo,

pela televisão dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito não estaria acirrando os ânimos da população e gerando violência. José Agripino disse que o risco de violência é mínimo, pois a população brasileira "é ordeira". Observou, no entanto, que os brasileiros "não aceitam a mentira".

Congresso adia votação da LDO para quarta-feira

Manobra regimental conduzida pelos parlamentares que seguem orientação do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, marido da governadora Rosinha Matheus (PMDB), forçou, ontem, o adiamento da sessão conjunta do Congresso destinada a votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Sem acordo para votação simbólica, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, optou por convocar sessão para a próxima quarta-feira, às 11h, logo depois de reunião dos líderes partidários.

A bancada fluminense ameaçou pedir verificação de quórum para conferir se havia o número mínimo necessário de senadores (14) e deputados (86), o que ocasionaria o encerramento da sessão. A iniciativa foi um protesto contra a inclusão do estado no Cadastro dos Devedores da União (Cadin), depois que o Tesouro Nacional rejeitou os termos de um contrato para pagamento de dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que já teria sido renegociada e vinha sendo paga, conforme informou o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Perícia dirá se bolsa continha ou não explosivo

A bolsa encontrada ontem nas dependências do Senado ainda será submetida à análise do esquadrão antibombas da Polícia Militar do DF e da Polícia Federal, mas, em princípio, não continha explosivos. A afirmação é do comandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope), capitão Elziovon Moreno.

De acordo com a Polícia do Senado, a bolsa foi submetida a exame de raios X, tendo sido verificada em seu interior a presença de fios e metal. Em função disso, foram chamados o Bope e o Corpo de Bombeiros. Um especialista em explosivo levou o objeto, que pesava em torno de quatro quilos, até o gramado e instalou um detonador, que produziu uma pequena explosão para neutralizar um eventual explosivo. O material foi então recolhido e sua primeira análise deverá estar concluída em 72 horas.

Fotos: J. Freitas



DIÁLOGO Roberto Conde, deputado uruguaio, Cedraz, Zambiasi e Marco Aurélio, em seminário sobre criação do fórum

Parlamento do Mercosul fortalecerá a integração

■ Importância da articulação política entre os países do bloco é defendida em seminário

A criação do Parlamento do Mercosul poderá resolver o “grande déficit institucional” do processo de integração regional, na avaliação do deputado uruguaio Roberto Conde, presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Ao participar ontem da abertura do seminário “O Parlamento e o Mercosul”, ele sugeriu a adoção da “primazia do político sobre o econômico” pelos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– Não cremos em um processo de integração que seja apenas econômico. Ou estabelecemos

uma integração política, ou não haverá integração – advertiu Conde, ligado à Frente Ampla do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez.

A necessidade de envolver a sociedade no debate sobre a integração regional também foi ressaltada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele admitiu que a integração precisa ser construída por etapas, e indicou como exemplo o Parlamento Europeu, que reúne 27 países.

O estabelecimento de um fórum de debates na região foi definido consensualmente pelos participantes do seminário como um passo adiante para a integração. De acordo com Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência da República, o Parlamento do Mercosul permitirá maior legitimação das

decisões adotadas pelo bloco econômico. Posição semelhante foi manifestada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA), para quem o futuro Parlamento permitirá maior participação popular no debate sobre a integração.

Ainda há, porém, obstáculos à criação do Parlamento. O mais importante deles, lembra o chefe de Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Vilmar Coutinho, é o da representatividade. Ou seja, como as populações dos quatro países serão representadas, sem provocar “desconforto” aos sócios menores.

Até o fim de 2010, deverão ser escolhidos pelos eleitores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai os deputados que integrarão o Parlamento do Mercosul.

CPI discute causas da emigração ilegal

É responsabilidade do Estado cuidar do brasileiro que está no exterior. Essa é a opinião do professor de História da Universidade do Vale do Rio Doce (Univale), Aruf Salmen Spindola, manifestada durante audiência na CPI da Emigração Ilegal na cidade mineira de Governador Valadares, de onde parte a maioria dos emigrantes brasileiros, principalmente para os Estados Unidos.

O presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), explicou que o objetivo da audiência é compreender as causas desse fenômeno e apurar as suspeitas de envolvimento de autoridades locais com quadrilhas de agenciadores.

A Polícia Federal já identificou pelo menos 40 quadrilhas

especializadas em levar ilegalmente brasileiros para o exterior. No Brasil, um agenciador, também chamado de “cônsul”, mediante pagamento de aproximadamente US\$ 10 mil, leva o emigrante até o México, onde outro membro da quadrilha, o “coiote”, tenta fazê-lo atravessar a fronteira com os EUA.

O relator da CPI, deputado João Magno (PT-MG), apontou como dificuldade para coibir as quadrilhas a não tipificação do crime pelo Código Penal brasileiro. Ou seja, pela lei, o “cônsul” não comete delito, a não ser a sonegação fiscal.

Debates

Crivella anunciou que dois senadores norte-americanos foram convidados para discutir o problema na CPI. Ele adian-

tou que tramita no Congresso dos Estados Unidos um projeto que concede, por até seis anos, um visto de permanência para os trabalhadores brasileiros ilegais que lá estiverem trabalhando atualmente.

A secretária municipal de Educação de Governador Valadares, Zenólia de Almeida, informou que um quinto dos brasileiros que deixaram o Brasil entre 1991 e 1996 eram mineiros. Segundo ela, a presença de mineradoras norte-americanas em Governador Valadares a partir da 2ª Guerra Mundial foi o ponto de partida do processo.

Segundo a deputada estadual Elisa Costa (PT-MG), estima-se que haja, atualmente, 40 mil valadarenses fora do Brasil.

Brasil e Cuba podem ter cooperação pesqueira

Em reunião ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer ao projeto de decreto legislativo que estabelece cooperação brasileira com Cuba nos setores de pesca e aquicultura. O relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), lido por Mão Santa (PMDB-PI), informa que Cuba pretende popularizar o consumo de pescado e lembra que o Brasil possui potencial para o desenvolvimento da aquicultura, pois tem 8.400 quilômetros de costa marítima e aproximadamente 12% da água doce disponível no planeta. Segundo Jefferson, o acordo faculta recursos e a ampliação das atividades pesqueiras a significativa parcela da população que vive da pesca artesanal, nos dois países.

Mão Santa afirmou que o Brasil “está decadente” no ramo pesqueiro, pois ainda utiliza técnicas muito precárias, e criticou o acordo.

– Cuba não tem nada a en-

sinar nessa área. O acordo é apenas um caso de amor mal resolvido entre José Dirceu e Fidel Castro – disse.

Na mesma reunião, foram aprovados pareceres a outros acordos: um que dispensa tradução de documentos administrativos para efeitos de imigração entre os países do Mercosul; e outros dois, com a Bulgária e com a República Tcheca, que determinam isenção parcial de vistos. O texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo também teve parecer aprovado.

O presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), comunicou que a audiência pública destinada a discutir o impacto que a pobreza, a exclusão social e as desigualdades podem provocar sobre a defesa nacional está prevista para 1º de setembro. Devem participar o ex-ministro da Marinha Mário César Flores e o ex-ministro de Minas e Energia Eliezer Batista.



SABATINA Márcio Buzanelli, ao lado do presidente da CRE, Cristovam Buarque, ressalta o papel do serviço de inteligência como instrumento do Estado

Comissão aprova indicação de Buzanelli para direção da Abin

A indicação de Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Buzanelli substituirá o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, exonerado após criticar os membros da CPI dos Correios. A decisão da CRE depende ainda de exame em Plenário.

O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que o Brasil precisa de um órgão de inteligência eficiente e que o diretor da Abin possui grandes responsabilidades, especial-

mente em um momento em que as questões de segurança ocupam o primeiro plano no mundo. Segundo ele, o nome de Buzanelli é adequado, pois o candidato tem ampla experiência no combate ao crime organizado e ao terrorismo.

Buzanelli salientou, em sua exposição, que o serviço de inteligência é um instrumento do Estado à disposição dos governos, independentemente de interesses ou partidos políticos, e que sua atividade não pode ser improvisada.

– A Abin deve estar presente e desempenhar bem a sua função – opinou Buzanelli.